



Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos resultados				Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024				Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024				Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024			
(Em milhares de reais)				(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				(Em milhares de reais)			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		Nota	2025	2024

vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*.

p. Contas a pagar aos fornecedores: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da futura correspondente.

q. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez, e instrumentos financeiros de dívida, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre os empréstimos e financiamentos é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço.

r. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira.

s. Provisões para processos judiciais: A Companhia reconhece provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que são parte envolvidas, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se em leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente.

t. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios correntes são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas da adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e, de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, aplicando-se às alíquotas da legislação vigente de 34%. Este imposto diferido é reconhecido na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas, e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

u. Reconhecimento de receita: A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito. A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme nota explicativa nº 25. A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

v. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreende: • receita de juros e variações monetárias; • despesa de juros e variações monetárias; • rendimento sobre aplicações financeiras e caixa restrito; • descontos obtidos e concedidos; • o valor justo dos ganhos e perdas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

w. Direito de uso e passivos de arrendamento: A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale à taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma.

x. Adiantamentos de clientes: Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes.

y. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: Compostas, principalmente, pela venda de ativos imobilizados e por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários).

z. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida: As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

aa. Subvenção governamental: Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado. A parcela reconhecida no resultado é reclassificada entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos.

bb. Capital social: Ações ordinárias: O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido, conforme nota explicativa nº 20.

Dividendos: O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% dos lucros líquidos ajustados nos termos da lei ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme nota explicativa nº 20.

4. A. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2024). A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Rendimento		Rendimento	
	anual	2025	anual	2024
Caixa e bancos - no Brasil		244		93
Aplicações financeiras: no Brasil:				
CDBs	100% CDI	15.128	99,49% CDI	110.622
Fundos de investimento (i)	103,34% CDI	18.026	—	—
Operações compromissadas	97% CDI	7.066	—	—
		40.220		110.622
Caixa e bancos - no exterior (moeda estrangeira - nota 30.a)		1		—
		40.465		110.715

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 30.

	Rendimento		Rendimento	
	anual	2025	anual	2024
Aplicações no Brasil:				
Fundos de investimento (i)	101,02% CDI	12.898	104,5% CDI	11.900
		12.898		11.900
(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários e vencimentos superiores a 3 meses. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 30.				

	Nota		2025		2024	
Contas a receber - no Brasil (moeda nacional):						
- de clientes			138.063	29.573		
- de partes relacionadas	10 (a)		8.320	454		
			146.383	30.027		

	Provisão para perdas de crédito esperadas:			
- de clientes			(546)	(2.332)
Ativo circulante			145.837	27.695
A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes. A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:				

	2025		2024	
A vencer:				
Vencidos:				
- até 30 dias			862	941
- de 31 a 60 dias			—	38
- de 61 a 90 dias			9	260
- de 91 a 180 dias			8.264	21
- de 181 a 360 dias			2	1
- acima de 360 dias			413	1.997
			9.550	3.258
			146.383	30.027

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A Companhia tem por procedimento realizar provisão complementar, baseada na perda apurada nos últimos dois exercícios em relação à receita operacional líquida. A provisão para perdas de crédito esperada é considerada suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação para os exercícios sociais findos em 31 de março de 2025 e 2024, estando assim demonstrada:

	2025		2024	
Saldo no início do exercício	(2.332)	(808)		
(Adições)	(254)	(2.365)		
Baixa e reversões	2.040	841		
Saldo no final do exercício	(446)	(2.332)		

7. Estoques e adiantamentos a fornecedores

	2025	2024
Produtos acabados	22.611	23.951
Créditos de descarbonização - CBIOS (i)	21.972	1.080
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (ii)	180.983	118.732
Adiantamentos - compra de insumos e outros (iii)	44.715	35.126
Custos a apropriar do período de entressafra (iv)	89.996	86.120
Almoxnado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (v)	30.162	24.970
	390.439	289.979
Ativo circulante	330.170	228.095
Ativo não circulante (adiantamentos a fornecedores)	60.269	61.884
(i) Renovavão - CBIOS: em 31 de março de 2025, a Companhia possuía 466.769 CBIOS emitidos e ainda não comercializados (15.409 CBIOS, em 31 de março de 2024). A comercialização desses títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo Renovavão. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o Renovavão é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do Renovavão é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. A Companhia comercializou no exercício social findo em 31 de março de 2025 34,7 mil CBIOS (508,7 mil, em 31 de março de 2024) com impacto de R\$ 2.577 (R\$ 55.520, em 31 de março de 2024) na receita bruta. (ii) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de parceria agrícola e fornecedores de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar (matéria-prima) desses parceiros. (iii) Refere-se substancialmente a adiantamentos realizados para a aquisição de óleo diesel para utilização nas safras. (iv) Referem-se a gastos com manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que serão apropriados no resultado da safra seguinte. (v) Os estoques do almoxnado de insumos, materiais auxiliares e manutenção, consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo. Em 31 de março de 2025, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas para os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos".		

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(2.416)	(2.129)
(Adições)	(1.062)	(2.416)
Reversões	81	2.129
Saldo no final do exercício	(3.397)	(2.416)
A Companhia está atualmente em negociação com o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos e com giro lento de almoxnado a uma <i>cleantech</i> . As provisões para perda desses estoques consideram os valores prováveis realizáveis que resultarão desta negociação.		
8. Ativos biológicos: Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo, após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais seis safras. A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável "ATR") esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar. Em 31 de março de 2025 e 2024, as principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo, determinado pelo nível 3 da hierarquia de valor justo foram:		

	2025	2024
Área total estimada de colheita (ha)	40.882	45.377
Produtividade prevista (ton/ha)	86,04	89,67
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)	134,00	137,62
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,0240	0,9015
Em 31 de março de 2025, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,92% a.a. (8,23% a.a. em 31 de março de 2024). O aumento da taxa de desconto impacta na redução do valor justo dos ativos biológicos. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras atuais.		

a. Composição

	2025	2024
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	98.068	89.846
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	11.066	42.244
	109.134	132.090

b. Movimentação do ativo biológico

	2025	2024
Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar
Saldo inicial dos ativos biológicos	132.090	119.641
Aumentos decorrentes de tratos	98.067	89.846
Variação no valor justo	11.066	42.244
Reduções decorrentes da colheita	(132.089)	(119.641)
Saldo final dos ativos biológicos	109.134	132.090

c. Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia é sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

d. Risco de oferta e demanda: A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

e. Riscos climáticos e outros: Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria-prima para a produção de açúcar, etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, quando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas. Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. A Companhia não foi afetada de forma relevante nos incêndios divulgados pela mídia, sendo que os incêndios ocorridos nas lavouras do Grupo, não causaram impactos significativos nas operações ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região centro-oeste e sudeste do Brasil. O período de colheita anual de cana-de-açúcar nas regiões do Brasil é chamado de safra e tem início em abril e maio e termina em novembro e dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor. As contas de resultado ficam sujeitas à sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem nas regiões centro-oeste e sudeste, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacos de cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente, devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das *commodities*, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente à média da safra.

f. Análise de sensibilidade do valor justo: A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 21.885 (R\$ 23.226 em 31 de março de 2024). Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 15.106 (R\$ 15.106 em 31 de março de 2024).

9. Tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS") (i)	154.689	87.733
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	23.846	21.649
Programa de integração social - ("PIS")	4.378	3.972
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	3.655	6.737
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS")	973	980
Outros tributos a recuperar	241	241
	187.782	121.312
Ativo circulante	110.340	95.169
Ativo não circulante	77.442	26.143

(i) A variação refere-se à maior comercialização de etanol anidro, cujo crédito decorrente de benefício fiscal, é calculado com base no volume comercializado e no valor *ad rem*, ou seja, por um valor fixo por unidade de medida, sistemática esta implementada a partir de junho de 2023, sendo os valores fixados alterados anualmente. Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante conforme melhor expectativa de realização desses tributos pela Administração, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos e ressarcimento dos mesmos em espécie, nos termos da legislação vigente.

10. Partes relacionadas: Operações com pessoal-chave da Administração: Remuneração de pessoal-chave da Administração: Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 não foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), sendo essa remuneração realizada em nível de grupo, na parte relacionada da Companhia, Brenco. A Companhia também não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados: A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, farmácia, educação, plano de previdência privada (nota explicativa nº 21), entre outros. A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLP/PLPRO), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Os montantes referentes a benefícios a empregados são registrados em despesas administrativas, despesas com vendas e custo do produto vendido no resultado. Além do plano de previdência privada (Vexty), mencionado na nota explicativa nº 21, a Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios sociais findos em 31 de março de 2025 e 2024 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de acionistas e companhias ligadas ao mesmo grupo econômico. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Ativos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada.

a. Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Nota	2025	2024
No ativo circulante			
Em contas a receber de clientes - mercado interno			
Ativos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	8.158	—
Ativos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(a)	162	454
		8.320	454
Partes relacionadas			
Ativos Bioenergia Eldorado S.A. ("Eldorado")	(b)	247	2.447
Ativos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	—	449
Ativos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(b)	—	4
Ativos Biometano Santa Luzia S/A ("Biometano")	(e)	205	—
		452	2.900
Total no ativo circulante		8.772	3.354

	2025		2024	
Partes relacionadas				
Ativos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(d)	59	59	
Ativos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	—	305.767	
		59	305.826	
Total no ativo não circulante		59	305.826	

	2025		2
--	------	--	---

13. Intangível: a. Composição

	2025		2024	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio sobre investimentos (i)	3.802	-	3.802	3.802
Demais intangíveis:				
Outorga e leilão de energia (ii)	272.604	(111.692)	160.912	181.712
Software	1.374	(1.026)	348	942
Software em desenvolvimento	-	-	-	2
Licenças ambientais	2.770	(2.675)	95	103
	280.550	(115.393)	165.157	186.561

b. Movimentação do intangível

	2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2025
Ágio sobre investimentos (i)	3.802	-	-	-	-	3.802
	3.802	-	-	-	-	3.802
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	181.712	-	-	(20.800)	-	160.912
Software	942	-	(776)	(92)	274	348
Software em desenvolvimento	2	272	-	-	(274)	-
Licenças ambientais	103	-	-	(8)	-	95
	182.759	272	(776)	(20.900)	-	161.355
	187.561	272	(776)	(20.900)	-	165.157

	2023	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2024
Ágio sobre investimentos (i)	3.802	-	-	-	-	3.802
	3.802	-	-	-	-	3.802
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	203.626	-	-	(21.914)	-	181.712
Software	834	-	(3)	(53)	164	942
Software em desenvolvimento	166	-	-	-	(164)	-
Licenças ambientais	111	-	-	(8)	-	103
	204.737	-	(3)	(21.975)	-	182.759
	208.539	-	(3)	(21.975)	-	186.561

(i) Os ágios provenientes de investimentos apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente. (ii) Refere-se ao pagamento de outorga pelo direito concedido, que é Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica, que é amortizada pelo período do contrato, com vencimento em 2044, e aos contratos de Leilões de Energia de Reserva ("LER"). **Redução ao valor recuperável do ágio:** De acordo com as disposições do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor recuperável de ativos, o ágio é submetido ao teste de perda do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda do valor recuperável é realizado ao final do mês de março de cada exercício. Em 31 de março de 2025, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ágios. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso da unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para os próximos 50 anos, em base real, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de etanol, custos operacionais, incluindo aqueles relacionados à geração de energia, além de outros dados macroeconômicos e premissas da administração, além da determinação das taxas de desconto. Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2025):

Unidades Geradoras de Caixa	Crescimento real na perpetuidade (i)	Taxa de desconto nominal
Santa Luzia	5,00%	12,70%

(i) O modelo não considera o crescimento nominal. Em 31 de março de 2025 e 2024, ao avaliar o resultado dos testes do valor recuperável dos ágios, a administração não encontrou necessidade de registrar provisões para perdas por redução ao valor recuperável. **Análise de sensibilidade:** Considerando o fluxo de caixa descontado projetado, em 31 de março de 2025, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem LAJIDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável das UGCs. Com base nas sensibilidade efetuadas, as seguintes reduções das margens LAJIDA ou aumento das taxas de desconto seriam necessárias para que o valor em uso igualasse o valor contábil da Companhia:

	Mudanças requeridas no carrying amount para igualar ao montante recuperável
Taxas de desconto	10,2%
Margem LAJIDA	25,5%

14. Direito de uso e passivos de arrendamento: Em 31 de março 2025 e 2024, os saldos atribuídos aos direitos de uso são representados por:

	2025	2024
Parcerias agrícolas	529.115	393.221
Terras	206.335	127.351
Máquinas e equipamentos agrícolas	81.622	37.184
Veículos	1.634	1.220
	818.706	558.976

A movimentação do direito de uso durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2023	273.288	131.094	36.138	2.830	443.350
Adições por novos contratos e renovações (i)	194.993	49.840	25.867	2.387	273.087
Baixas	(4.353)	-	-	-	(4.353)
Depreciação	(68.271)	(26.798)	(11.624)	(4.881)	(111.574)
Saldos em 31 de março de 2024	395.657	154.136	50.381	336	600.510
Adições por novos contratos e renovações (i)	144.791	(4.723)	(2.221)	3.421	141.268
Baixas	(85.098)	-	(31)	(336)	(85.465)
Depreciação	(62.129)	(22.062)	(10.945)	(2.201)	(97.337)
Saldos em 31 de março de 2025	393.221	127.351	37.184	1.220	558.976

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contratos de arrendamento de parceria agrícola. **b. Passivo de arrendamento:** Em 31 de março 2025 e 2024, os passivos de arrendamento são representados por:

	2025	2024
Parcerias agrícolas	679.801	419.704
Terras	217.301	136.455
Máquinas e equipamentos agrícolas	55.368	46.299
Veículos	1.442	1.304
	953.912	603.762
Passivo circulante	-	79.737
Passivo não circulante	-	524.025

A movimentação dos passivos de arrendamento durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2023	284.810	127.687	42.165	3.157	457.819
Adições por novos contratos e renovações (i)	194.993	49.840	25.867	2.387	273.087
Amortização de principal	(49.464)	(15.484)	(9.984)	(5.115)	(91.997)
Amortização de juros	(37.415)	(19.285)	(6.643)	(281)	(63.624)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	35.206	19.285	6.641	281	61.413
Baixas	(4.354)	-	-	-	(4.354)
Saldos em 31 de março de 2024	417.207	156.662	58.046	429	632.344
Adições por novos contratos e renovações (i)	144.791	(4.723)	(2.221)	3.421	141.268
Amortização de principal	(49.464)	(15.484)	(9.985)	(5.117)	(76.520)
Amortização de juros	(47.965)	(20.238)	(5.248)	(275)	(73.726)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	40.233	20.238	5.208	182	65.861
Baixas	(85.098)	-	(31)	(336)	(85.465)
Saldos em 31 de março de 2025	419.704	136.455	46.299	1.304	603.762

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contratos de arrendamento de parceria agrícola. Os saldos a pagar (juros futuros inclusos) têm a seguinte composição de vencimento:

	2025	2024
1º ano	79.737	91.742
2º ano	80.836	91.619
3º ano	81.151	84.252
4º ano	82.008	82.785
5º ano	61.507	77.226
A partir do 6º ano	218.523	204.720
	603.762	632.344

15. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores - no Brasil:		
- materiais, serviços, investimentos e outros	55.444	60.765
- cana-de-açúcar e parcerias agrícolas	9.356	27.801
- produtos acabados	332	87
- PRJ	59	85
- partes relacionadas	696	1.092
	65.887	89.830

Classificados como:

Passivo circulante

Fornecedores

Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹

¹ Créditos inseridos no Plano de Recuperação Judicial, que fora encerrado em 15 de setembro de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os saldos remanescentes, conforme aditamento do PRJ homologado em 19 de setembro de 2023, possuem as mesmas condições previstas para os créditos financeiros da Tranche A, tendo como indexador para sua atualização CDI (100%), e vencimento final previsto para 20 de dezembro de 2042. A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgadas na nota explicativa 30.

16. Empréstimos e financiamentos

Modalidade e classificação de acordo com o PRJ	Nota	Taxa	Encargos anuais vigentes Indexador	2025	2024	Vencimento
Finem	(a)					
Extraconcursal aderente	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	384.995	327.582	
Garantia Real	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	38.463	32.727	
Quirografário	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	87.113	74.122	2042
(-) Crédito ativo PRJ	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	(67.454)	(67.454)	
				443.117	366.977	
Crédito Agroindustrial	(b)					
Garantia Real	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	19.606	16.682	
(-) Crédito ativo PRJ	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	(2.590)	(2.590)	2042
Não submetidos ao PRJ	9,38%	-	BRL	2.580	4.301	
				19.596	18.393	
Capital de giro	(c)					
Quirografário	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	11.304	9.618	2042
(-) Crédito ativo PRJ	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	(1.493)	(1.493)	
				9.811	8.125	
Finame	(d)					
Extraconcursal aderente	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	18.318	15.625	2042
(-) Crédito ativo PRJ	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	(2.644)	(2.644)	
Não submetidos ao PRJ	9,68%	-	BRL	390	1.171	2025
				16.064	14.152	
Prorenova	(e)					
Quirografário	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	18.302	15.571	2042
(-) Crédito ativo PRJ	0%	100% CDI (Tranche A)¹	BRL	(2.418)	(2.418)	
				15.884	13.153	
				504.472	420.800	
Passivo circulante				2.139	2.598	
Passivo não circulante				831	2.874	
Passivo não circulante - sujeito ao PRJ				501.502	415.328	

CDI: Certificado de Depósito Interbancário
PESA: Programa Especial de Saneamento de Ativos
PRJ: Plano de Recuperação Judicial
Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 30.
¹ Conforme nota explicativa nº 1, em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial. O juiz também homologou o adiamento ao plano de recuperação da Companhia, iniciado em maio de 2019, o qual foi publicado no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O referido adiamento alterou toda a estrutura de pagamentos dos créditos da Tranche A, alongando o prazo para pagamento de dezembro de 2034 para 2042, e reduzindo os juros originalmente determinados em 115% CDI para 100% do CDI, além de outras alterações qualitativas relevantes, como: (i) a capitalização integral de juros ao principal até 31 de dezembro de 2025; (ii) amortizações trimestrais de juros, limitadas a 6% ao ano, sendo o saldo superior capitalizado ao principal, com projeção de liquidação na última parcela do plano; (iii) amortizações de principal com pagamentos trimestrais a partir de 20 de março de 2026, sendo 0,75% nos primeiros 6 anos e aumentando gradativamente o percentual de liquidação até a última parcela, considerando o saldo teórico; (iv) criação do saldo teórico, o qual considera-se o saldo inicial do plano somado ao valor de juros capitalizados até 31 de dezembro de 2025, sem abater os valores já pagos nos planos (antigo e/ou atual), tendo assim o valor base para cálculo dos percentuais de principal a quitar, até o final do plano; (v) as parcelas liquidadas (Tranche A) do plano original, serão utilizadas como créditos para quitações das primeiras parcelas do novo plano, projetando desdobro de caixa somente a partir de março 2027; e (vi) previsão de amortizações extraordinárias, as quais serão pagadas no encerramento do exercício social da Companhia, iniciando a partir de 31 de março de 2024, e após até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, sendo o valor abatido das últimas parcelas previstas nos termos do referido aditivo. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados para o resultado financeiro os custos de transação não amortizados

correspondentes à dívida extinta, somando R\$5.332. A nova dívida foi inicialmente registrada a valor justo, tendo sido apurado um *haircut* de R\$ 32.081, reflexo da mudança da taxa de juros apurada da data do pedido de recuperação judicial até a data de modificação, e um ganho de valor justo de R\$244.046, considerando o método de fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido da análise de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante à qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia da estimativa de valor justo foi de nível 2.² As modalidades acima informadas referem-se às das operações originalmente realizadas. Após inclusão dos referidos créditos ao QGC (Quadro Gerado de Credores) do PRJ, todas as operações passam a ter as características e classificações descritas no referido Plano. (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola. (b) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio. (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro. (d) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas. (e) Linha de repasse de recursos do BNDES, com a finalidade de financiar a implantação e renovação de novos canais. Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício (descontado dos efeitos do valor justo no reconhecimento inicial):

	2025	2024
Saldo anterior	420.800	1.010.961
Assunção de dívida pela controladora direta - Nota 20(a)	-	(370.225)
Amortização de principal	(2.423)	(12.908)
Amortização de juros	(437)	(24.813)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	73.865	80.970
Amortização de custos de transação	-	191
Baixa de custos de transação	-	5.988
Reversão da provisão de juros e variação cambial - <i>haircut</i>	-	(32.081)
Valor justo Tranche A	12.667	(244.046)
Amortização valor justo Tranche A	-	6.733
Saldo no final do exercício	504.472	420.800
Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento (desconsidera efeitos do valor justo):		
	2025	2024
2º ano	6.277	2.043
3º ano	21.784	5.727
4º ano	21.784	19.579
5º ano	21.784	19.579
6º ano	21.784	19.579
7º ano	23.600	19.579
A partir do 8º ano	609.966	569.430
	726.979	655.516

Valor justo dos empréstimos: Em 31 de março de 2025, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R\$ 421.544 (R\$437.359, em 31 de março de 2024 (Reapresentado)), e os saldos contábeis totalizam R\$ 504.472 (R\$450.693, em 31 de março de 2024). **Garantias:** Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens. **Covenants:** Em 31 de março de 2025 e 2024 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

	2025	2024
Provisão de participação nos lucros e resultados	6.346	7.396
Provisão de férias e encargos	8.859	8.478
Provisão de 13º salário e encargos	1.594	1.510
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS")	516	495
Plano de Previdência Privada - Vexty - nota 21	-	221
Salários a pagar	2	-
Outros	-	1
	17.317	18.101

	2025	2024
Instituto Nacional de Seguro Social - ("INSS")	4.313	5.850
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ("ICMS")	2	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - ("COFINS")	5.166	3.307
Imposto de Renda Retido na Fonte - ("IRRF")	556	281
Programa de Integração Social - ("PIS")	1.121	719
Imposto sobre Serviços - ("ISS")	-	159
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")	3.989	2.890
Demais tributos a recolher	424	2.048
	15.571	15.254
Passivo circulante	7.460	8.337
Passivo não circulante (i)	8.111	6.917

(i) Os tributos a recolher classificados no passivo não circulante tem exigibilidade suspensa, decorrente de processos judiciais onde há a concessão de medida liminar, tutela antecipada, depósito judicial ou sentença proferida que afasta a exigência da cobrança de crédito tributário, assim como na esfera administrativa a qual possui defesa ou recurso ainda com julgamento pendente, situações em consonância com o previsto pelo art. nº 151, do CTN. **19. Adiantamentos de clientes:** Em 31 de março de 2025 e 2024, os montantes registrados no passivo circulante, se referem, substancialmente, a adiantamentos para entrega futura de energia para leilão. Quando aplicável, os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes são apresentados pelo valor líquido.

	2025	2024
Adiantamentos de clientes - no Brasil:		
- de clientes	3.828	457
Passivo circulante	3.828	457
20. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de março de 2025 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.100.930 (R\$1.409.000, em 31 de março de 2024), dividido em 9.888 ações ordinárias nominativas (126.557.105.627.542, em 31 de março de 2024), sem valor nominal, todas de propriedade da controladora direta da Companhia, Ativos Agroindustrial Participações S.A. No decorrer dos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia realizou as seguintes movimentações em seu capital social:		
	Ações ON	Milhares de R\$
Capital social em 1º de abril de 2023	93.432.472.283.522	1.044.344
Capitalização de Tranche B - Nota 16 (i)	33.122.263.006.672	370.225
Assunção créditos Novonor pela controladora direta (ii)	2.370.337.348	27
Débitos Novonor e controladas em outras rubricas (ii)	-	(5.596)
Aumento líquido do capital social	33.124.633.344.020	364.656
Capital social em 31 de março de 2024	126.557.105.627.542	1.409.000
Grupamento de ações (iii)	(126.557.105.614.887)	-
Redução de capital - Encerramento "Caixa único" - Nota 10(c)	(2.767)	(308.070)
Capital social em 31 de março de 2025	9.888	1.100.930

(i) Em 05 de abril de 2023, a Companhia formalizou junto à sua controladora, Ativos Par, nos termos do artigo 299 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Instrumento Particular de Assunção de Dívida, visando a implementação do Acordo de Investimentos, afim de proporcionar a concentração dos créditos da Tranche B para posterior viabilização da troca de controle, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a Controladora recebeu determinados créditos contra a Companhia, os quais foram novorados nos termos do Plano de Recuperação Judicial e representavam, naquela data, um passivo atualizado perante a Soneva, no valor total de R\$370.225. Os créditos ora cedidos foram integralmente capitalizados, naquela data, na Companhia, fixados de acordo com o artigo 170, §1º da Lei das Sociedades por Ações, em tudo idênticas às anteriormente existentes, conforme demonstrado abaixo:

em 31/03/2023		Aumento	em 05/04/2023	
Capital social	Capital social	Capital social	Capital social	Capital social
Ações	Ações	Ações	Ações	Ações
(Milhares de R\$)	(Milhares de R\$)	(Milhares de R\$)	(Milhares de R\$)	(Milhares de R\$)
93.432.472.283.522	1.044.344	33.122.263.006.672	370.225	126.554.735.290.194
				1.414.569
				27
				(5.596)
				364.656
				1.409.000
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-
				-

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Outras receitas:		
Reversão para perdas de crédito esperadas	1.786	–
Venda de ativos imobilizados, líquidas - Nota 12(b)(i)	35.735	593
Sinistros	50	372
Reversão passivos contingentes (i)	21.121	–
Receitas de superveniências	1.990	–
Dividendos recebidos	30	18
Receitas contratuais	932	720
Outras receitas	72	–
	61.716	1.703
Outras despesas:		
Provisão para perdas de crédito esperadas	–	(1.524)
Eletivação de perdas em títulos a receber	(2)	(594)
Multa ANEEL	–	(93)
Multas não recorrentes (i)	(11.562)	(12)
Provisão passivos contingentes	–	(14.125)
Eletivação de perdas em processos judiciais	(2.311)	(8.162)
Baixa do valor residual de ativos - Nota 12(b)(i)	(58.793)	(1.458)
Indenizações pagas	–	(379)
Outras despesas	(187)	(102)
	(72.855)	(26.449)
	(11.139)	(24.746)

(i) Refere-se, substancialmente, à reversão de processos tributários e trabalhistas, os quais a Administração da Companhia Atvos realizou acordo para pagamento inferior ao valor provisionado. Com isso, os valores foram estornados até o limite do novo valor acordado entre as partes.

28. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros ativos	8.057	1.937
Variação monetária ativa	97	1.036
Rendimento com aplicações financeiras	15.603	26.459
Ajuste a valor de mercado	–	306
Valor justo aditivo Tranche A - Nota 16	–	244.046
Descontos obtidos PRJ	–	32.081
Outras receitas financeiras	189	139
	23.946	306.004
Despesas financeiras		
Juros passivos e variação monetária passiva	(75.081)	(82.669)
Ajuste a valor presente	(65.861)	(61.413)
Amortização (baixa) de custos de transação (i)	–	(6.179)
Amortização do valor justo Tranche A - Nota 16	(12.667)	(6.733)
Tributos e encargos sobre operações financeiras	(926)	(1.624)
Despesas e comissões bancárias	(248)	(245)
Ajuste a valor de mercado	(31)	–
Outras despesas financeiras	–	(2)
	(154.814)	(158.865)
Variações cambiais, líquidas		
Variação cambial ativa	–	3
	–	3
	(130.868)	147.142

(i) Refere-se, substancialmente, a baixa dos custos de transação das dívidas extintas por capitalização/liquidação e extinção, totalizando R\$5.988, sendo R\$5.332 referente à Tranche A, R\$ 656 referente à Tranche B, conforme nota explicativa nº 16. **29. Cobertura de seguros:** Os seguros da Companhia são contratados conforme política estabelecida pela Administração do Grupo Atvos e garantias vigentes. A Companhia integra o programa de segurança operacional do Grupo Atvos, o qual visa a melhoria contínua da operação e da segurança de seus colaboradores, com foco em treinamento e capacitação dos times, visando, entre outros objetivos, a redução dos riscos de acidentes. Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia possui contratos de seguros com coberturas para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades, sendo as principais coberturas / apólices destacadas abaixo:

Item	Grupo Atvos (i)		
	2025	2024	
Riscos cobertos	Riscos operacionais - “All Risks” (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como lucros cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de dano material coberto pela apólice).		
	Responsabilidade civil geral limite máximo de indenização de R\$ 80.000 por evento, limitado ao valor máximo de R\$ 160.000.		
Risco Operacional (ii)	1.265.000	1.265.000	
Responsabilidade Civil Geral	160.000	160.000	
Responsabilidade Civil Ambiental	Garantir a proteção financeira em caso de danos ao meio ambiente decorrentes das atividades do Grupo. Essa apólice visa ressarcir os prejuízos, incluindo custos de remediação, limpeza e monitoramento, bem como eventuais danos a terceiros, incorridos por poluição ambiental.		
	1.000	1.000	
D&O	D&O (responsabilidade civil de administradores, diretores e /ou conselheiros), com limite máximo de indenização na apólice primária de R\$50.000, com apólice de excesso limitada à R\$ 100.000.		
Seguro de Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	150.000	150.000	
	Proteger o Grupo contra os riscos financeiros e reputacionais resultantes de ataques cibernéticos, violações de dados e outras ameaças digitais.		
	5.000	5.000	

(i) Corresponde ao valor máximo de cobertura para diversas localidades seguradas das empresas do Grupo Atvos. (ii) As coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) para veículos não estão excluídas, pois têm apólice específica, tendo como referência 100% da tabela FIPE. A administração considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. **30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros. Se necessário, instrumentos financeiros derivativos são contratados

Diretoria	
	Bruno Pessoa Serapiao - CEO
	Julio Enrique Varela Gubitosi - CFO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. Nova Alvorada do Sul - Mato Grosso do Sul - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** **Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exemplo das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024 preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 1b, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 17 de julho de 2024. Os ajustes descritos na referida nota explicativa 1b sobre os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2024 não foram auditados por nós e nem por outros auditores independentes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre tais valores correspondentes ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto. **Responsabilidades da**

com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de etanol da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros, assim como a adoção da prática da contabilidade de *hedge*. **30.1 Riscos de mercado: a. Risco cambial:** A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas. A Companhia está exposta diretamente à variação cambial relativa principalmente a valores a receber resultante de receitas de exportação, substancialmente em dólares-americanos, assim como indiretamente pelo impacto em certos custos de produção relacionados a insumos agrícolas indexados nesta moeda. Se necessário, esse risco é administrado, por meio da contratação de (“NDFs - *Non deliverable forwards*”) e/ou contratos de *swaps*. Cabe ressaltar que as decisões são tomadas a partir do resultado líquido da exposição cambial (ativos menos passivos). As operações, quando efetuadas, são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. *Ativos e passivos expostos à variação cambial* O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras, atuais:

	Milhares		Milhares	
	2025	de US\$ equivalentes	2025	de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	1	–	1	–
Total dos ativos	1	–	1	–
Subtotal ativo (passivo)				
(-) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1	–	1	–
Exposição líquida ativa	1	–	1	–

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de contabilidade *hedge* da Companhia. Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras, , atuais à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,7422, por US\$1,00 para os ativos e para os passivos. **b. Risco de volatilidade no preço de etanol:** A Companhia está exposta à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessária, é feita por meio de instrumentos financeiros que tenham aderência e correlação direta ou indireta com os preços de etanol ou contratos futuros de etanol hidratado na bolsa de mercadorias futuras da B3. A exposição líquida desses instrumentos está divulgada na nota explicativa nº 30.1(e). Conforme Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, a administração da Companhia está autorizada a contratar operações de fixação de preço lastreadas sem limitação sobre a sua produção da safra, atual e futura, desde que previamente aprovadas pela Administração. Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia não possuía contratos em aberto de futuros e *swap*, bem como não possuía resultado represso no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial. **c. Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas, sendo que parte substancial da alavancagem teve sua atualização monetária e indexação, quando aplicável, fixadas em razão da PRJ (Nota explicativa nº 16). No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural de parte importante do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, e que as dívidas vinculadas ao PRJ também têm indexações pós fixadas (principalmente CDI). Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados, se necessário, através das aplicações financeiras *offshore* e pelas receitas de exportações, estando também a Companhia, conforme anteriormente comentado, apta a contratar NDFs ou contratos de *swaps*, ainda que em 31 de março de 2025 e 2024 não existissem instrumentos financeiros contratados desta natureza. **d. Análise de sensibilidade dos riscos de mercado:** Para a análise de sensibilidade do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia considerou o cenário provável as taxas de juros projetadas dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, conforme taxas abaixo (fonte Boletim Focus) e as projeções de dólar americano para 31 de março de 2025 para sensibilidade dos saldos em moeda estrangeira. Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduziu) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário atual corresponde a condição de estabilidade nas taxas de juros, sem variação. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas projeções do dólar americano e nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, , com variação de 5% nas taxas. O Cenário 2 corresponde ao cenário considerado possível, com a uma alteração de 15% nas taxas. O Cenário 3 corresponde ao cenário remoto, com a alteração de 25% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir: O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças dos fatores de risco de câmbio. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*: O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças das taxas de juros:

	Fator de risco	Exposição	Cenário atual	Apreciação do fator de risco			Depreciação do fator de risco		
				Cenário 1 provável	Cenário 2 possível	Cenário 3 remoto	Cenário 1 provável	Cenário 2 possível	Cenário 3 remoto
				5%	15%	25%	-5%	-15%	-25%
				Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Instrumento		Valor	%	Valor					
Aplicações financeiras - Nota 5(a)	100% CDI	15.128	12,50%	1.891	1.986	2.175	2.364	(1.986)	(2.175)
Aplicações financeiras - Nota 5(b)	100% CDI	12.898	12,50%	1.612	1.693	1.854	2.015	(1.693)	(1.854)
Empréstimos e financiamentos	100% CDI	(578.101)	12,50%	(72.263)	(75.876)	(83.102)	(90.329)	75.876	83.102
Resultado financeiro líquido (estimado)				(68.760)	(72.197)	(79.073)	(85.950)	72.197	79.073
Impacto adicional no resultado e no patrimônio (variação)				(3.437)	(10.313)	(17.190)	3.437	10.313	17.190

30.2 Risco de crédito: A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

	2025	2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	245	93
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	40.220	110.622
Aplicações financeiras	12.898	11.900
Contas a receber de clientes	145.837	27.695
	199.200	150.310

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **30.3 Risco de liquidez:** O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo. O excesso de caixa em moeda nacional é

aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado. Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

	Valor contábil	Fluxo contratual		
		Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos
Em 31 de março de 2025				
Fornecedores	65.887	65.887	65.887	–
Empréstimos e financiamentos	504.472	729.118	2.139	49.845
Passivos de arrendamento	603.762	972.310	157.168	283.593
Partes relacionadas	14.434	14.434	14.434	–
Adiantamentos de clientes	3.828	3.828	3.828	–
Outros débitos	97	97	97	–
	1.192.480	1.785.674	243.553	333.438

Em 31 de março de 2024 (Reapresentado)				
Fornecedores	89.830	89.830	89.830	–
Empréstimos e financiamentos	420.800	658.114	2.598	27.349
Passivos de arrendamento	632.344	871.778	173.063	437.736
Partes relacionadas	3.845	3.845	3.845	–
Adiantamentos de clientes	457	457	457	–
Outros débitos	97	97	97	–
	1.147.373	1.624.121	269.890	465.085

30.4 Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem (*leverage*), representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio. O capital de terceiros, que compreende a dívida líquida (*net debt*) da Companhia, é calculado considerando o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado (líquidos de custo de transação), reduzido de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento. O capital não é administrado no nível individual da Companhia, somente no nível do Grupo Atvos.

30.5 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

a. Classificação
A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Classificação	2025	2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	Custo amortizado	245	93
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio do resultado	40.220	110.622
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	12.898	11.900
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	145.837	27.695
Depósitos judiciais	Custo amortizado	11.079	7.687
Partes relacionadas	Custo amortizado	511	308.726
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	Custo amortizado	5.634	3.665
Total dos ativos		216.424	470.388
Passivos financeiros			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	65.887	89.830
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	504.472	420.800
Passivos de arrendamento	Outros passivos financeiros	603.762	632.344
Partes relacionadas	Valor justo instrumentos de <i>hedge</i>	14.434	3.845
Adiantamentos de clientes	Outros passivos financeiros	3.828	457
Outros débitos	Outros passivos financeiros	97	97
Total dos passivos		1.192.480	1.147.373

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. **b. Valor justo:** A tabela a seguir apresenta os níveis na hierarquia do valor justo dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo. O contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativo	2025					
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	–	40.220	–	–	110.622	–
Aplicações financeiras	–	12.898	–	–	11.900	–
	–	53.118	–	–	122.522	–
Passivo						
Empréstimos e financiamentos (i)	–	421.544	–	–	437.359	–
	–	421.544	–	–	437.359	–

(i) O valor justo dos empréstimos classificados no circulante se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa efetiva de cada operação contratada e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo. (ii) Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3. **Mensuração do valor justo:** O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir: O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos financeiros, contas a pagar e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. O valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia se aproxima do valor contábil, uma vez que estão sujeitos a taxas de juros variáveis e não houve alteração significativa no risco de crédito da Companhia. Os instrumentos de *hedge* são avaliados por meio de técnicas de avaliação com dados de mercado observáveis e referem-se, principalmente, a *swaps* e NDF. As técnicas de avaliação aplicadas geralmente incluem modelos de precificação e contratos, com cálculos de valor presente. Os modelos incorporam vários dados, incluindo a qualidade de crédito das contrapartes, câmbio à vista e taxas futuras e curvas de taxas de juros. *Outros ativos e passivos financeiros:* Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

Contadora	
	Amanda Moyses Miranda - CRC/SP nº 342 440/O-3

priados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 30 de junho de 2025

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Marcos Roberto Bassi
Contador - CRC 1SP217348/O-5